



18 de setembro de 2018

**Pela luta em defesa
da escola científica!**

NESTA EDIÇÃO:

- Resolução sobre as reformas antinacionais e antipopulares.
- Resolução sobre a reforma do ensino médio e a BNCC.
- Resolução em defesa da juventude oprimida
- Resolução em defesa da educação pública.

VII Conferência Estadual do Sintero Resoluções da Corrente Proletária da Educação

“Educação Participação Política e Fortalecimento da Democracia”

As resoluções da Corrente Proletária da Educação se opõem frontalmente ao tema da Conferência. A ideia de “participação política” diz respeito à corrida eleitoral. O “fortalecimento da democracia” significa submeter os explorados ao regime de dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Está aí por que contém a defesa da democracia burguesa, ocultando seu caráter de classe e de dominação. Os trabalhadores não participam da política burguesa, são arrastados por ela. Os trabalhadores, ao contrário, devem se guiar por uma política própria (de classe), que se realiza por meio da luta de classes. Os explorados, ao se organizarem no campo da independência de classe, edificam a democracia operária. Essa se fortalece por meio das decisões e ações coletivas. As burocracias sindicais insistem em convencer os explorados de que a solução de seus problemas virá por meio do parlamento e da política eleitoral. *A Corrente Proletária afirma o contrário: as conquistas só virão pela ação direta e organização independente. Será obra dos próprios trabalhadores.*

Resolução sobre a situação política

1. O que caracteriza o momento é a corrida eleitoral para eleger um novo presidente e, assim, concluir a transição iniciada com o golpe de Estado e a constituição da ditadura civil de Temer;
2. Qualquer que seja o governo eleito terá de atacar a vida dos explorados para atender aos interesses do capital financeiro, da grande indústria, do agronegócio e, enfim, do imperialismo;
3. Essas eleições são as mais antidemocráticas desde o fim da ditadura militar. Ocorre depois do golpe de Estado, o candidato com maior apoio

eleitoral, que é Lula, está com os direitos políticos cassados. Somente os grandes partidos têm acesso ao rico financiamento de campanha;

4. A projeção da candidatura da direita fascizante, representada por Bolsonaro, é produto do golpe de Estado e da falência da política do nacional-reformismo do PT;
5. Há uma retomada da militarização da política, que no momento se faz por meio das eleições. O fundamental está em que se apoia na direitização da política burguesa em geral;
6. O candidato da burguesia e do imperialismo é Alckmin. No entanto, tudo indica que não conseguirá arrastar as massas por detrás da política do PSDB e da oligarquia burguesa paulista;
7. É provável que a candidatura de Haddad se potencie com a transferência dos votos que iriam para Lula. Essa mudança deslocará as candidaturas de Ciro e Marina;
8. Ocorrendo essa variante no segundo turno, haverá uma polarização eleitoral, tida como entre a direita e a esquerda. É preciso ter claro que se trata de candidaturas burguesas. O PT já se definiu como partido da ordem capitalista;
9. Os sindicatos, por serem órgãos classistas, não devem se arrastar por detrás de nenhuma candidatura burguesa. Têm a obrigação de esclarecer para os explorados o conteúdo de classe de todas as candidaturas;
10. As direções sindicais burocratizadas e adaptadas à política de conciliação de classes ocultam que as eleições são o campo de disputa entre os partidos burgueses pelo poder. Ocultam a impossibilidade da classe operária, dos camponeses e demais oprimidos de derrubarem o poder dos exploradores por meio de eleições;
11. É necessário lutar para que os sindicatos reconheçam a necessidade de se construir o partido

- revolucionário, que se distingue dos partidos burgueses e dos partidos ditos de esquerda por encarnar o programa da revolução social;
12. Sem o partido revolucionário não há possibilidade de usar as eleições como meio auxiliar da luta dos explorados por suas reivindicações e pela estratégia própria de poder, ou seja, por um governo operário e camponês;
 13. Tendo por base essas considerações, a Corrente Proletária na Educação defende que a Conferência não se alinhe a nenhum dos candidatos em disputa. Que a Conferência aprove um plano de lutas para enfrentar o novo governo seja ele qual for.
 14. A Corrente Proletária propõe que a Conferência recomende ao sindicato se posicionar pelo voto nulo em defesa das reivindicações e do método da ação direta dos trabalhadores.

Resolução sobre as reformas antinacionais e antipopulares

1. A crise econômica continua a atingir a maioria oprimida. O desemprego, o subemprego e o rebaixamento salarial vêm sacrificando a vida de milhões e, em particular, da juventude. A implantação da reforma trabalhista e a lei da terceirização têm como consequência submeter mais amplamente a força de trabalho à superexploração capitalista. Os cortes de recursos (PEC-Teto) desmoram mais rapidamente a saúde, a educação e demais serviços sociais. A reforma da previdência será o próximo passo a ser tomado pelo governo eleito. É nessas condições que ampliam a pobreza, a miséria e a fome em todo o País;
2. A greve geral de 28 de abril do ano passado mostrou o caminho pelo qual os trabalhadores podem derrubar a política e as medidas antinacionais e antipopulares. É preciso que os sindicatos retomem esse movimento, colocando na ordem do dia as reivindicações que unem os explorados local, regional e nacionalmente, para enfrentarem os ataques da burguesia e seu governo.

Resolução sobre a reforma do ensino médio e a BNCC

1. O governo impôs a reforma do ensino e a BNCC. Trata-se de uma medida ajustada às diretrizes de cortes de recursos à educação e de privatização. Nada tem a ver com a qualidade de ensino e com a profissionalização da juventude. Visa à imposição do ensino a distância e a expulsão da parcela da juventude que necessita trabalhar. Elimina disciplinas, como filosofia e sociologia,

2. demitindo professores;
2. A Conferência deve aprovar a luta nacional para pôr abaixo essa reforma. Há uma rejeição generalizada por parte dos professores e estudantes. Que os sindicatos, entidades estudantis e a CNTE se coloquem por convocar a greve nacional contra a reforma do ensino médio e a BNCC.

Resolução em defesa da juventude oprimida

1. É fato que milhares de jovens abandonam os estudos. A evasão escolar no ensino médio é assustadora. É fato que tem havido um crescimento do número de jovens que não estudam, nem trabalham. É fato que de cada dez crianças e jovens seis vivem na miséria;
2. A Conferência deve levantar a bandeira: nenhum jovem fora da escola e do trabalho. Emprego a todos os jovens, jornada máxima de 4 horas na produção e 4 para os estudos.

Resolução em defesa da educação pública

1. A burguesia e seus governos não têm como se colocar pelas reivindicações democráticas, entre elas o acesso a todos à educação gratuita. Estão obrigados a impor reformas antipopulares e privatizantes. Estão obrigados a impulsionar o ensino privado em detrimento do público. Estão obrigados a oferecer o ensino obscurantista, ao invés do científico;
2. A maioria das direções sindicais, vinculadas ao PT e a outras correntes reformistas, alimenta ilusão de que é possível nos marcos do capitalismo em decomposição ter uma educação de qualidade para os trabalhadores. A experiência dos 13 anos do governo do PT fala por si só. A educação continuou seletiva, o ensino privado se expandiu e os recursos à educação foram mingüados. Hoje, vemos que o Plano Nacional da Educação não passou de uma panacéia, que serviu tão somente ao fortalecimento do ensino privado;
3. A Conferência deve aprovar as reivindicações democráticas não cumpridas pela burguesia, entre elas o ensino único, público, laico, científico, gratuito a todos. E o fim da educação privada por meio da estatização, sob o controle de quem estuda e trabalha.
4. A Conferência deve ser colocada pela luta em defesa da escola científica, que interessa apenas aos explorados, pois implica a superação da separação entre teoria e prática. Separação essa que reflete o precipício existente entre a educação e a produção social.